

1 ATA DA 204ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO  
2 SEBASTIÃO.

3 **Data: 08 de setembro de 2015, às 16h20 horas, em segunda chamada.**

4 **A) Leitura da ata: 203ª Reunião Ordinária e 127ª Reunião Extraordinária, aprovadas por**  
5 **unanimidade.**

6 **B) Disponibilizados aos Conselheiros os documentos tramitados no período: Ofícios Recebidos:**  
7 **of. nº 490/2015 – SESAU – Relatório nº 01/2015 sistema Municipal de Auditoria Proc. nº 3204/2015 –**  
8 **GIESPP, of. nº 772/2015 – Procuradoria da República em Caraguatatuba, of. sem nº Itapema**  
9 **Laboratórios de Análises Clínicas. Ofícios Expedidos COMUS: of. nº 045/2015 Resposta ao ofício nº**  
10 **05/2015 ONG S.O.S, of. nº 053/2015 – solicitação de agendamento de reunião Secretaria Executiva,**  
11 **of. nº 054/2015 –solicitação Cofin, of. nº 055/2015 – encaminhamento da solicitação de concessão de**  
12 **vale transporte da conselheira Dra. Tania Sarak, of. nº 056/2015 – solicitação de reunião com o**  
13 **Interventor e alguns questionamentos da Cofin, of. nº 057, 058, 059/2015 – solicitação da Cofin, of. nº**  
14 **060/2015 - encaminhamento do parecer Prestação de Contas – 1º quadrimestre/2015 ao Sr. Prefeito,**  
15 **of. nº 061/2015 – situação da fiscalização do parque portuário do município de São Sebastião, of. nº**  
16 **062/2015 – encaminhamento do ofício nº 772/2015 Procuradoria da Republica em Caraguatatuba ao**  
17 **Secretário Urandy, of. nº 063/2015 – encaminhamento do ofício nº 772/2015 Procuradoria República**  
18 **em Caraguatatuba ao Diretor Presidente da Fundação, of. nº 064/2015 – resposta referente ao ofício**  
19 **Sesau nº 410/2015, of. nº 065/2015 –inclusão da Dra. Marcia para participação da realização da 15ª**  
20 **conferência nacional de saúde, of. nº 066/2015 – solicitação de compra de 02 (dois) ventiladores e o**  
21 **conserto do ar condicionado, of. nº 067/2015 – solicitação da Cofin, of. nº 068/2015 – solicitação da**  
22 **Cofin. Resoluções do COMUS: nº 22/2015 – Formação da comissão de Organização do Processo**  
23 **eleitoral do COMUS. E-mail Recebido: justificativas de ausências Dr. Edson e Vilson Costa Junior em**  
24 **reunião do COMUS. Folha de Andamento: solicitação da assistência de Informática e referente à**  
25 **reforma unidade de saúde de maresias. Relação de remessa para COFIN: datada de 18/08/2015,**  
26 **20/08/2015 e 03/09/2015.**

27 **ORDEM DO DIA:**

28 **1- Ciência da proposta de treinamento dos funcionários do Pronto Socorro com relação à**  
29 **Violência Doméstica e Abuso Sexual - Dra. Marcia;**

30 **2- Autorização da reprogramação de recurso remanescente do Projeto de Incentivo a**  
31 **Vigilância e Prevenção de Doenças e agravos não transmissíveis – Dra. Marcia;**

32 **3- Ciência da manifestação do Sr. Lourival em participar da comissão de fiscalização no**  
33 **processo de obras de construção e reforma - referente à Secretaria de Saúde.**

34 **4- Assuntos Gerais:**

35 **Dr. Antonio** deu início à reunião e em seguida disponibilizou os documentos tramitados no período e  
36 atas para aprovação da plenária. Em seguida, passou-se a ordem do dia.

37 **1- Ciência da proposta de treinamento dos funcionários do Pronto Socorro com relação à**  
38 **Violência Doméstica e Abuso Sexual e 2 ) autorização da reprogramação de recurso**  
39 **remanescente do Projeto de Incentivo a Vigilância e Prevenção de Doenças e agravos não**  
40 **transmissíveis - Dra. Marcia.**

41 **Dra. Marcia** informou que o Comitê de Mortalidade está formado desde 2009 no município. Disse que  
42 o Ministério tinha uma iniciativa desde 2000, que todos os municípios fizessem as notificações  
43 corretamente com relação à violência doméstica, com contrapartida o município recebeu uma verba de  
44 R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Solicitou autorização para a reprogramação de recurso remanescente  
45 do Projeto de Incentivo a Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos não transmissíveis – Portaria  
46 nº 227, de 09/09/2011 recebido em parcela única de R\$ 30.000,00 (trinta e mil reais) em 03/01/2012,  
47 autorizado pela Portaria nº 1.073 de 23/07/2015, referente ao Projeto do Comitê Municipal de  
48 Vigilância à Violência. Explicou que utilizará uma parte da verba que está em caixa para contratação  
49 de um profissional e outros, para um treinamento específico aos profissionais de saúde entre eles  
50 médicos e equipe de enfermagem que trabalham no Pronto Socorro. Disse que os treinamentos foi  
51 uma solicitação da Promotoria de Justiça, no sentido de acolhimento a vítima violentada. Informou que  
52 o Pronto Socorre está com certa dificuldade, devido os plantonistas serem novatos ou por não

53 saberem denunciar aos órgãos corretamente, após o atendimento e diagnóstico de uma vítima  
54 violentada. Disse que há uns três meses atrás foi a Campinas e conheceu um projeto municipal  
55 chamado iluminar e dentro deste projeto existe um programa que se chama derrubando barreiras,  
56 onde se trabalha com protocolo de monitoramento durante um ano nos hospitais. Informou que  
57 conversou com o Dr. Aloísio médico na região de Campinas e o mesmo se dispôs em vim dar o  
58 treinamento. **Sra. Dinalva** propôs que a Dra. Marcia entrasse em contato com o Dr. Jeferson Donizetti  
59 do Hospital Pérola Byington, considerando a existência do programa pioneiro chamado “Bem me  
60 quer”. **Dra. Marcia** disse que já vem trabalhando com os treinamentos desde início do ano e já  
61 convidou o Dr. Aloísio para o treinamento. Pontuou que o Dr. Aloísio também é advogado, o que ajuda  
62 no entendimento dos profissionais na questão de obrigatoriedade em notificar os órgãos competentes,  
63 quando do atendimento de uma vítima de violência. Explicou que vão ser treinados todos os  
64 profissionais de saúde do Pronto Socorro. Explicou também os procedimentos errôneos que  
65 acontecem hoje no estabelecimento de saúde Pronto Socorro. **Dra. Tania** questionou o custo do  
66 palestrante para esse treinamento. **Dra. Marcia** informou que o custo do palestrante é de R\$ 1.500,00  
67 (hum mil e quinhentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais) gasto de hospedagem. **Sr. Puríssimo**  
68 questionou se a ficha de notificação pode ser preenchida na recepção. **Dra. Marcia** explicou que não  
69 pode, considerando que a vítima fica muito exposta na recepção e devido à ficha ser complexa de  
70 preenchimento. Informou que os dados são tabulados na Vigilância Epidemiológica. **Dra. Tania**  
71 questionou se o COMVIV está ligado diretamente ao Hospital de Clínicas de São Sebastião – HCSS.  
72 **Dra. Marcia** explicou que o Comitê de Violência foi criado por meio de Decreto Municipal e está dentro  
73 do departamento de Vigilância Epidemiológica. Explicou ainda que o Comitê faz a articulação política e  
74 melhora as notificações de violência. **Sr. Puríssimo** questionou o motivo de desconhecimento dos  
75 médicos da referida notificação. **Dra. Marcia** explicou que a notificação de violência é um problema no  
76 Brasil inteiro e o profissional médico não está preparado para fazer o acolhimento da vítima violentada.  
77 Disse que o médico além do papel de curador tem o papel de cuidador. **Sr. João Siqueira** propôs que  
78 os odontólogos também participem do treinamento. **Dra. Marcia** informou que os odontólogos das  
79 unidades de saúde da família foram todos treinados com os demais integrantes da equipe. Disse que o  
80 foco no momento é a porta de entrada do Pronto Socorro, onde a situação está grave na questão de  
81 abuso sexual. Informou que serão dois dias de treinamento em outubro. Explicou o papel do Conselho  
82 Tutelar nos casos de vítima de violência doméstica e a referência que as unidades de saúde têm do  
83 Dr. Vladnei. Disse que uma das propostas do Comitê é usar o CEMIN como uma referência de apoio  
84 as vítimas de violência. Informou que a Associação de Amparo a Mulher Sebastianense - AAMS é uma  
85 referência em notificação de violência e o conselho tutelar pode ser um projeto sentinela em  
86 notificações, considerando que este ano eles já chegaram em 250 atendimentos de violência. **Sra.**  
87 **Dinalva** questionou se os conselheiros do Conselho Tutelar participaram deste treinamento dos  
88 profissionais do Pronto Socorro. **Dra. Marcia** informou que os conselheiros acompanham o  
89 treinamento dando suporte de informações. Explicou que os dados das unidades sentinelas são  
90 encaminhados para o Comitê de Violência e os dados das unidades de saúde continuam  
91 encaminhando as notificações para o departamento de Vigilância Epidemiológica. **Sr. Puríssimo** disse  
92 da importância da preservação da vítima, por isso a importância do treinamento dos profissionais.  
93 Disse ainda do desconhecimento da população em saber que dentro de um departamento de  
94 vigilância tem um comitê que trata somente de violência. **Sra. Marcia** ratificou que o Comitê um  
95 articulador de políticas e não um prestador de serviço para a população. Explicou que a ficha de  
96 notificação em casos de criança e adolescente é obrigatória. Salientou que as fichas de notificação  
97 não funcionam como boletim de ocorrência e sim para dados epidemiológicos e dados para se  
98 trabalhar a política pública. **Dr. Antonio** disse quando a violência trata-se de menor de idade existem  
99 vários desdobramentos. **Sra. Dinalva e Dr. Antonio** parabenizaram pelo trabalho desenvolvido pelo  
100 COMVIV. Não houve manifestação contrária dos conselheiros na realização do treinamento.

101 **3- Ciência da manifestação do Sr. Lourival em participar da comissão de fiscalização no**  
102 **processo de obras de construção e reforma - referente à Secretaria de Saúde.**

103 **Dr. Antonio** informou que o Sr. Lourival Siqueira dos Santos acompanhará a Comissão de  
104 Finanças em apoio na fiscalização nos processos de construção de obras e reformas relacionadas

105 à área da Secretaria da Saúde.

106 **4 – Assuntos Gerais:**

107 **4.1 Dr. Antonio** deu ciência do documento enviado pela AUDISUS, referente à apuração do Contrato  
108 da SISSIONLINE solicitação esta realizada pela COFIN. **Sr. Puríssimo** disse que o referido  
109 documento será avaliado. **4.2 Dr. Antonio** deu ciência do documento do Ministério Público Federal  
110 referente à Certidão de Recusa de atendimento, esta já tem que está disponibilizada nas unidades de  
111 saúde. **Dr. Marcos** informou que a Secretaria de Saúde elaborou todo um fluxo referente esta  
112 certidão. Informou ainda que houve reunião com a Fundação, Hospital de Clínicas e Coordenação de  
113 Unidades de Saúde. Disse que essa certidão de recusa é um pouco complicada, considerando o  
114 entendimento do que é realmente uma recusa de atendimento entre um prazo de solicitação de exame  
115 médico. Explicou o fluxo de andamento da certidão que será entregue em duas vias para o usuário,  
116 sendo que uma via será protocolada no setor da Ouvidoria e a Ouvidoria encaminhará para o  
117 departamento competente. Disse que no primeiro momento as respostas dos setores serão avaliadas  
118 por ele e pela Enfermeira Margarete – SESAU e posteriormente entregue a resposta ao usuário. **4.3**  
119 **Dr. Antonio** informou que a Prestação de Contas do 2º quadrimestre esta agendada para o dia 22/09  
120 às 15h. Relembrou da proposta aprovada anteriormente em outras prestações de contas, o  
121 estancamento da averiguação da prestação, para então a elaboração do parecer final, e  
122 posteriormente avalia-se o que não conseguiu avaliar. Disse que o trabalho da COFIN é um trabalho  
123 contínuo. **4.4 Dr. Antonio** solicitou ajuda dos conselheiros a respeito de documentos que vem para a  
124 ciência da plenária. Disse que todos os documentos podem ser visualizados e requeridos cópia, porém  
125 é necessário por motivos de segurança de todos, assinatura de um termo de responsabilidade,  
126 elaborado pelo COMUS. Saliu que o documento não pode ser retirado da plenária e simplesmente  
127 tirar cópia. **Sr. Puríssimo** ratificou a fala do Dr. Antonio e disse que nenhum documento pode ser  
128 retirado da plenária. Disse rapidamente do episódio da reunião extraordinária do COMUS com os  
129 responsáveis pela administração do HCSS, onde foram solicitadas algumas informações por meio de  
130 documento, sendo que a via que estava em mãos do Sr. Klebson era a via de protocolo do HCSS.  
131 **Dra. Tania** informou que inclusive o referido documento tratava-se de solicitação da COFIN e que até  
132 o momento o protocolo realizado no gabinete do Secretário de Saúde não foi entregue para análise da  
133 comissão. **Sr. Puríssimo** disse da importância deste documento ser encaminhado para a comissão,  
134 considerando que o referido documento faz parte do contexto da prestação de contas. Solicitou que o  
135 Dr. Marcos como membro do conselho e Secretário Adjunto de Saúde conversasse com o Secretário  
136 Sr. Urandy da entrega do documento. **Dra. Tânia** disse que um dos problemas da gratificação de  
137 Pronto Socorro- GPS está no desvio de função. Disse ainda que a legislação está tendo uma  
138 interpretação de forma errônea. Ditou as solicitações da COFIN para análise da prestação de contas:  
139 **a)** o envio do protocolo do Sr. Klebson Administrador do Hospital de Clínicas de São Sebastião, no dia  
140 25/08/2015, referente à relação de todos os funcionários do Complexo Hospitalar, que recebem  
141 gratificação de Pronto Socorro – GPS; **b)** o envio de relação de todos os funcionários que recebem  
142 GPS, que constam da lista do departamento de Recursos Humanos da Sesau. Disse ainda que já  
143 solicitou uma reunião com a chefe de Recursos Humanos da SESAU para explicar a folha de  
144 pagamento da secretaria, considerando que a folha vem para comissão resumida, o que dificulta o  
145 entendimento e uma identificação correta. Informou que diante das solicitações o que veio para a  
146 comissão foi somente um ofício informando que as solicitações de folha de pagamento estavam no  
147 Departamento Jurídico para um parecer, dando um prazo de noventa dias para responder, sendo que  
148 até o presente momento não veio nada para COFIN. Citou de sobreposições de cargas horárias de  
149 funcionários. Disse que acredita haver erros na folha de pagamento. **Dr. Marcos** esclareceu que as  
150 solicitações de folha de pagamento têm que ser requerida para o Departamento de Recursos  
151 Humanos da Prefeitura, que pertence a Secretaria de Administração. Disse que em questão de  
152 sobreposição de carga horária de funcionário, acredita não visualizar pela folha de pagamento e sim  
153 pelo documento de pontos dos funcionários. **Dra. Tania** pontuou as questões de contratos médicos  
154 realizado pelo HCSS com funcionários que são servidores da Prefeitura. **Dr. Marcos** citou que outro  
155 documento que da para verificar a carga horária do funcionário é pelo o Cadastro Nacional de  
156 Estabelecimento de Saúde - CNES. **Sr. Puríssimo** disse que a COFIN requer o protocolo feita pelo

157 Sr. Klebson e está solicitando a listagem nominada pelo Departamento de Recursos Humanos da  
 158 Sesau de servidores que recebem GPS, com objetivo de verificar pessoas que possam está  
 159 recebendo a gratificação, sendo que não estão trabalhando no Pronto Socorro, com isso a comissão  
 160 estará ajudando a Administração dando subsídios. **Sr. Clausius** questionou se os contratos médicos  
 161 pelo HCSS não são atividades fim. **Dr. Antonio** explicou que a atividade meio tanto na iniciativa  
 162 privada como na pública é tranqüila e quando se terceiriza a atividade fim esta é polêmica. Explicou  
 163 que tecnicamente a atividade fim não pode ser terceirizada, mas o que se tem observado nos últimos  
 164 dez anos, pelo menos no Estado de São Paulo, é uma carência de profissionais médicos para  
 165 assumirem contratos de trabalho no regime celetista ou estatutário com carga horária fixa e cheia (40h  
 166 semanais), a insistência rígida por essa forma de contratação resulta na dificuldade de contratação.  
 167 Disse que a maioria desses profissionais prefere trabalhar pelo regime de plantões ou Pessoa  
 168 Jurídica. **Sr. Clausius** questionou se é permitido o profissional ser servidor estatutário ter um contrato  
 169 com o HCSS, citou como exemplo de um odontólogo. **Dr. Marcos** explicou que já fez esse  
 170 questionamento para o Departamento Jurídico da prefeitura e como o HCSS está sob Intervenção é  
 171 legal o contrato. Informou que tinha um contrato de um dentista irregular e que foi revisto e arrumado.  
 172 Disse ainda que solicitou a administração do HCSS que revisse todos os contratos médicos e  
 173 averiguasse se existe alguma irregularidade. **Dr. Marcos** disse da dificuldade de preencher vagas de  
 174 médicos por concurso público. Informou que está fazendo um contrato médico na especialidade de  
 175 reumatologia e fez um contrato médico com a especialidade de nefrologia. **4.5 Sr. Clausius**  
 176 parabenizou pelo atendimento de todos da equipe do Centro Odontológico Josiane em especial aos  
 177 profissionais Dr. Jeferson e Dr. Guilherme, pontuou somente a falta de consultórios. **Dra. Tania**  
 178 solicitou a relação das especialidades e atendimentos odontológicos do centro de especialidades  
 179 Joseane, quantos profissionais realizam os serviços e o total de equipamentos e instrumentais,  
 180 considerando a informação de que estaria ocorrendo rodízio de profissionais por ausência de  
 181 consultórios. **4.6 Dra. Sônia** informou que o município de São Sebastião ficou em 2º lugar na  
 182 classificação estadual do Projeto Brasil Sorridente/2015. Disse que o 1º lugar ganhou pelo quesito de  
 183 consultórios odontológicos, sendo 100% em todas as Unidades de Saúde da Família e pelo quesito de  
 184 registro de todas as atividades odontológico no programa do Governo Federal. Informou que este  
 185 segundo quesito já está sendo verificado para correções, considerando que o município de São  
 186 Sebastião também faz todas as atividades. **4.7 Dra. Tania** a) solicita informações do período de 2013  
 187 até a presente data, quais foram às construções e reformas iniciadas e concluídas na área da Saúde;  
 188 b) Solicita também a fonte de receita para as construções e reformas; c) Solicita informações  
 189 referentes à reforma do prédio de Unidade Saúde da Família em Maresias; d) solicita cópia das 03  
 190 (três) últimas atas de reunião do Conselho Curador da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião.  
 191 **4.7 Dr. Marcos** disse que faz parte de duas comissões e que não pode comparecer as reuniões por  
 192 motivos maiores. Solicitou que fossem reagendadas na segunda quinzena de outubro, considerando  
 193 que saíra de férias.

194 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que após aprovação, será assinada pelos  
 195 presentes. Ata elaborada por Mirane Souza de Freitas e presidida pelo Dr. Antonio Carlos Nisoli P. da  
 196 Silva.

**Sebastião, 08 de setembro de 2015.**

197 **LISTA DOS MEMBROS PRESENTES QUE ASSINAM ESTA ATA.**

Antonio Carlos Nisoli Pereira da Silva		Sebastião Gonçalves de Santana	
Marcos Salvador Mathias		João Augusto Siqueira	
Marcia Guimarães Correa da Silva		Isilda Aparecida de Rezende Giudice	
Tania Regina Sarak		Sonia Aparecida de Souza M. Dias	
Dinalva Menezes Castro Tavares		Ivaldo Sampaio de Freitas	
Carlos Puríssimo		Clausius Pestana	

198 Estiveram presentes outros ouvintes que assinam a lista de presença.

199 XXX